

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1531251 - RS (2015/0090260-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

EMBARGANTE : MAIZA GRUBER PAGEL

EMBARGANTE : MARIA LUIZA GONZALEZ MACHADO

EMBARGANTE : MARIA NADIR ALVES COLOME

EMBARGANTE : MARIA REGINA MACHADO DE OLIVEIRA

EMBARGANTE : MARISTELA FERLA

EMBARGANTE : MARLENE BARCELLOS DE FREITAS

EMBARGANTE : MARLENE DE MEDEIROS MEIRELLES

EMBARGANTE : MARLENE ILDA TODESCATT HAFNER

EMBARGANTE : MARLENE TEREZINHA MARCHIORI MOURA

EMBARGANTE : MARLI ROCHA DE QUADROS

ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939

GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA - RS023021

MARCELO LIPERT E OUTRO(S) - RS041818

MAURO DE AZEVEDO MENEZES - DF019241

BRUNO DE ALMEIDA D'ÁVILA - RS089066

DIOGO SILVEIRA DOS SANTOS - RS082773

EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESÍDUO DE 3,17% SOBRE A VANTAGEM DOS 28,86%. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. VEDADA A AMPLIAÇÃO DO ALCANCE DO TÍTULO EXECUTIVO. ANÁLISE DA EXECUÇÃO COMPLEMENTAR. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DOS SERVIDORES REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado.

2. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer eiva a macular o acórdão embargado que, de forma clara e expressa, afirmou a impossibilidade de revolvimento fático-probatório dos autos, tendo em vista que o Tribunal de origem apontou a inexistência de título executivo para embasar a execução.

3. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, e não podem ser ampliados.

4. Embargos de Declaração dos Servidores rejeitados.

ACORDAO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

